

A atualidade da Teoria da Dependência

THEOTONIO DOS SANTOS JÚNIOR

Economista e cientista político brasileiro. Um dos formuladores da Teoria da Dependência. Hoje é um dos principais expoentes da Teoria do Sistema Mundo. Mestre em Ciência Política pela UnB e doutor "notório saber" pela UFMG e pela UFF. Professor emérito da UFF. Coordenador da cátedra e rede UNU-UNESCO de Economia Global e Desenvolvimento sustentável - REGGEN. O seu blog é: www.theotoniiodossantos.blogspot.com

Van aló 50 anos desde que un grupo de investigadores da Universidade de Brasilia, nomeadamente André Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vaia Bambilra, ao que moi pronto se sumaría Fernando Henrique Cardoso, fixo público as teses centrais do que, andados os anos sesenta, se deu en coñecer como a Teoría da Dependencia. As achegas que diversos nomes vinculados a esta corrente, cada un cun diferente nivel de identificación e propostas diferentes, van ser decisivas no corpo doutrinal do nacionalismo galego, posto que pretendía dar unha resposta ás causas do atraso das nacións periféricas, marcando, ao mesmo, tempo unha posición crítica e equidistante ás solucións e explicacións propostas para este fenómeno polos marxismos ortodoxos, o keynesianismo ou o liberalismo. A contradición centro-periferia, intercambio desigual, burguesía compradora, división internacional do traballo, sistema mundo, desconexión, a explicación do desenvolvemento como resultado da captación de excedentes económicos das periferias polos estados centrais ou a consideración de que as periferias nunca foron alleas ao capitalismo, senón que, pola contra, desempeñaron un papel determinante no medranza do mesmo nos centros hexemónicos, tan presentes nas nosas análises tradicionais e de tanta actualidade no momento actual, están vinculadas a esta Escola. Aínda así, a influencia desta escola no nacionalismo explicase fundamentalmente porque achegaban un corpo doutrinal que permitía explicar de xeito acaído a realidade galega, tamén polo carácter heterodoxo con que comungou e comunga o noso marxismo e –por que non?– porque o nacionalismo sempre estivo atento e na vangarda do debate social e político, sen deixar engaiolarse polos cantos de serea ou modas que eran flor dun día. Queremos logo sumarnos ao debate que se está a dar no conxunto do campo antiimperialista internacional con motivo desta efeméride ao publicarmos un artigo sobre a vixencia da teoría da dependencia da autoría de Theotonio dos Santos. Porén, no noso caso, como ficou dito, non se trata dunha postura academicista, nin abstracción teórica, senón simplemente de pór en valor e divulgar as nosas vellas e modernísimas ferramentas analíticas e que as sitúa –pois a realidade é teimuda- con plena vixencia.

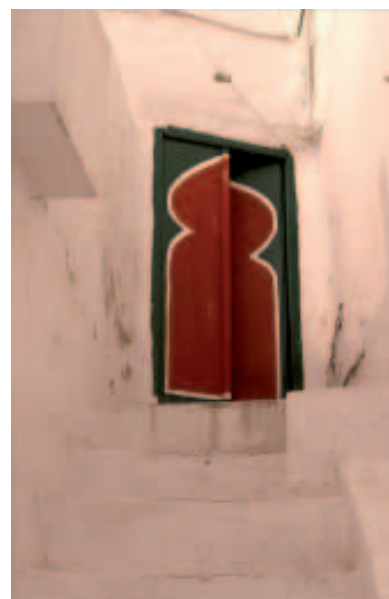


Reportaxe fotográfica de Xosé Luís Alonso.

Imaxes de Costa Rica, Xordania, Siria, Tunez e finalmente de Cuba, achegándonos a través da súa cámara á realidade actual a diversos lugares do planeta que tentan afrontar de diferente xeito o seu desenvolvemento

1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS: O SURGIMENTO DAS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO. Com o final da II Guerra Mundial, entraram em declínio definitivo as potências imperialistas que haviam dominado o mundo do final do século XIX até a I Guerra Mundial. O domínio colonial, embora contestado a partir dos anos 20, pela emergência da hegemonia norte-americana, continuou a ser praticado e inclusive exacerbaram-se, as tentativas de redivisão do mundo. Estas lutas pelo domínio econômico e territorial do planeta levaram finalmente à II Guerra Mundial.

As duas principais potências derrotadas, a Alemanha e sobretudo o Japão, abandonam em conseqüência um importante espaço colonial. Os impérios Austro-Húngaro e Otomano desapareceram entre as duas guerras. A Inglaterra vitoriosa, não pode sustentar seu esforço de guerra e, ao mesmo tempo, preservar seu vasto mundo colonial. A França - entre de-



rrrotada e vitoriosa - também se viu incapacitada para manter suas antigas conquistas territoriais. Os EE.UU., incontestável vitorioso, sem que fosse tocado seu território, não podia abandonar sua tradição anti-imperialista de ex-país colonial. Ademais, seu poder se tornou tão esmagador que não necessitava carregar o ônus de uma dominação colonial. Ele havia ocupado a Alemanha, a Itália e o Japão e tinha tropas estacionadas e bases militares em cerca de 150 países. A guerra fria, a OTAN e outros tratados regionais legitimaram e consolidaram estes deslocamentos de tropas, sem criar uma conotação imperial.

A URSS, herdeira do Império Russo, que fora invadido 3 vezes (por Napoleão, pela Alemanha na I Guerra e pela a ocupação nazista na II Guerra), saiu da II Guerra com uma vasta zona sob ocupação, a qual procurou consolidar através de regimes aliados de corte ideológico que protegessem sua frente Ocidental. Estes foram, contudo implantados improvisadamente sem o respaldo social suficiente. Isto levará a uma sucessão de graves crises (Berlim, Hungria, Polônia). As oposições aos governos da Europa Central contavam com apoio externo significativo de várias origens. Esta instabilidade era reforçada pela intensificação da guerra fria. Esta era uma estratégia de confrontação global com a URSS e seus possíveis aliados, estabelecida pelos EE.UU e pela Inglaterra e baseada na doutrina de "contenção" de uma suposta expansão soviética. De fato, a guerra



fria foi implantada pelos EE.UU., para consolidar sua hegemonia sobre o chamado Mundo Ocidental.

Nesta recomposição de forças mundiais, emerge um conjunto de novos Estados Nacionais juridicamente soberanos. Entre eles alguns são extremamente poderosos. A maior concentração populacional da terra reuniram-se em duas unidades estatais: a China e a Índia se constituem em Estados Nacionais depois de anos de domínio colonial ou semi-colonial. Ao lado da Índia formam-se os Estados islâmicos do Paquistão e Bangladesch. Potências estratégicas, do ponto de vista geopolítico, como o Egito (que domina a passagem entre o Mediterrâneo e o Golfo Pérsico), a Turquia, a Pérsia, o Paquistão, etc, também se liberam do domínio estrangeiro e se constituem em Estados Nacionais. Os Movimentos de Libertação Nacional incendeiam a Ásia e a África. O Oriente Médio se torna uma zona de disputa onde opera um complexo jogo de potências locais e internacionais. A re-emergência do mundo Árabe dá uma nova conotação ao principal pólo petrolífero do mundo. Posteriormente, a unidade islâmica substituirá o pan-arabismo de Nasser.

A América Latina, apesar de ser uma zona de Estados independentes desde o século XIX, sente-se identificada com as aspirações de independência econômica dos antigos povos coloniais e deseja também uma independência política real diante das pressões diplomáticas e intervenções

políticas e militares diretas da Inglaterra, sobretudo até 1930, e dos Estados Unidos particularmente depois da II Guerra.

A Conferência Afro-Asiática de Bamdung, em 1954, realizada na Indonésia de Sukarno, reuniu ainda os líderes da Índia, do Egito, da China e da Jugoslávia e consagrou uma nova realidade política, econômica, cultural e civilizacional. Novas instituições econômicas ou políticas, como a UNCTAD e o Movimento dos Não-Aliados darão continuidade ao espírito de Bamdung. As organizações regionais das Nações Unidas, como a CEPAL, não podiam escapar da influência deste novo clima econômico, político e espiritual. Organizações como a FAO, refletiam o pensamento crítico e inovações destas regiões. Josué de Castro, o médico e cientista social brasileiro que desvendara a gravidade da situação alimentar no planeta, em suas obras *Geografia da Fome* e *Geopolítica da Fome*, chegava à presidência do conselho da FAO propondo uma política mundial contra o subdesenvolvimento.

Era inevitável, portanto, que as ciências sociais passassem a refletir esta nova realidade. Elas haviam se constituído desde o século XIX - em torno da explicação da revolução industrial e do surgimento da civilização ocidental como um grande processo social criador da modernidade. Esta correspondia a um novo estágio civilizatório, apresentado às vezes como resultado histórico da ação de



forças económicas e sociais, como o mercado e as burguesias nacionais. Outras vezes elas aparecem como o resultado de um modelo de conduta racional do homo-economicus e do indivíduo racionalista e utilitário, que seria expressão última da natureza humana quando liberada de tradições e mitos anti-humanos. Outras vezes, estas conquistas económicas, políticas e culturais eram apresentadas como produto de uma superioridade racial ou cultural da Europa.

A crise do colonialismo, iniciada na I Guerra Mundial e acentuada depois da II Guerra Mundial, colocara em discussão algumas destas interpretações da evolução histórica. A derrota nazista impunha a total rejeição da tese da excepcionalidade europeia e da superioridade racial. A modernidade deveria ser encarada fundamentalmente como um fenómeno universal, um estágio social que todos os povos deveriam atingir, pois correspondia ao pleno desenvolvimento da sociedade democrática que uma parte dos vitoriosos identificavam com o liberalismo norte-americano e inglês e, outra parte, com o socialismo russo (que se confundia com a versão de Stalin, cuja liderança teria garantido a vitória da URSS e dos aliados).

Surge assim uma vasta literatura científica dedicada à análise destes temas sob o título geral de "teoria do desenvolvimento". A característica principal desta literatura era a de conceber o desenvolvimento como a adoção de normas de comportamen-

to, atitudes e valores identificados com a racionalidade económica moderna, caracterizada pela busca da produtividade máxima, a geração de poupança e a criação de investimentos que levassem à acumulação permanente da riqueza dos indivíduos e, em consequência, de cada sociedade nacional. Os pensadores que fundaram as ciências sociais modernas, haviam identificado estas atitudes e comportamentos. Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber, além dos economistas clássicos (Adam Smith e Ricardo) e seus seguidores (Stuart Mill) ou continuadores neo-clássicos estabeleceram teorias em certos aspectos convergentes em outros contraditórios, sobre esta sociedade moderna e sobre os processos que conduziram à sua implantação.

No século XX, sociólogos como Talcott Parsons e Merton; antropólogos como Levy-Bruhl, Franz Boas e Herkovics; politólogos como Lipset, Almonde, e Apter, desenharam um modelo ideal mais ou menos coerente do que seria esta sociedade moderna, com técnicas de verificação empírica mais ou menos desenvolvidas para detectar o grau de modernização alcançado pelas sociedades concretas. A teoria do desenvolvimento buscou localizar os obstáculos à plena implantação da modernidade e definir os instrumentos de intervenção, capazes de alcançar os resultados desejados no sentido de aproximar cada sociedade existente desta sociedade ideal. Por mais que estas construções

teóricas pretendam ser construções neutras em termo de valores, era impossível esconder a evidência de que se considerava a sociedade moderna, que nascera na Europa e se afirmava nos Estados Unidos da América, como um ideal a alcançar e uma meta sócio política a conquistar. Era mais ou menos evidente também uma aceitação tácita de que a instalação desta sociedade era uma necessidade histórica incontestável.

Isto ficou mais evidente com a necessidade de propor políticas coerentes de desenvolvimento que visassem elevar toda a população do mundo ao nível dos países desenvolvidos, que haviam alcançado este estágio "superior" de organização social. Na economia, autores como Singer, Lewis, Harrod, Domar, Nurske tentaram formalizar os comportamentos e políticas possíveis e necessários para alcançar o desenvolvimento. Outros, mais cétricos e alguns até críticos, não deixaram de buscar os mesmos resultados com métodos menos formais. Perroux, Nurske, Haberler, Vines, Singer, Hirschman, Myrdal não deixaram de pretender o mesmo objetivo: elevar as sociedades tradicionais, de comportamento não-racional e valores comunitários limitados, à condição de sociedades modernas, racionais, universalistas, etc.

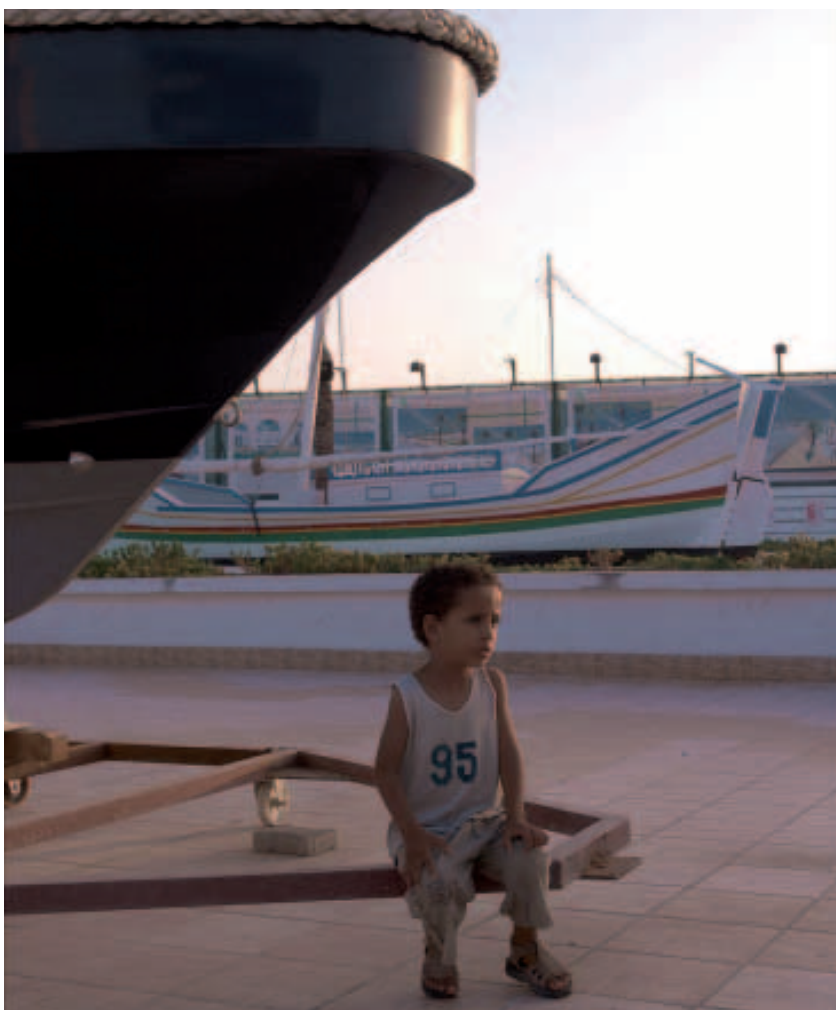
Na década de 50, a teoria do desenvolvimento alcançou seu ponto mais radical e, ao mesmo tempo, mais divulgado na obra de W.W. Rostov (1961). Ele definiu todas as sociedades pré-capitalistas como tradicionais. Este barbarismo histórico, que provocou os protestos dos historiadores sérios, era necessário para ressaltar os vários estágios do desenvolvimento que se iniciaria com o famoso "take-off", a "decolagem" do desenvolvimento que teria ocorrido na Inglaterra de 1760, nos Estados Unidos pós-guerra civil, na Alemanha de Bismarck, no Japão da Restauração Meiji, etc. A questão do desenvolvimento passou a ser assim um modelo ideal de ações econômicas, sociais e políticas interligadas que ocorreriam



em determinados países, sempre que se dessem as condições ideais à sua "decolagem".

Seu livro se chamava "um manifesto anticomunista" e não ocultava seu objetivo ideológico. Tratava-se de demonstrar que o início do desenvolvimento não dependia de um Estado revolucionário, como ocorrera na URSS, e sim de um conjunto de medidas econômicas tomadas por qualquer Estado nacional que assumisse uma ideologia desenvolvimentista. Num livro posterior menos divulgado, Rostov defendeu a necessidade de que este Estado desenvolvimentista fosse um Estado forte e seus trabalhos como consultor da CIA foram uma das principais referências das políticas de golpes de Estado modernizados praticados nas décadas de 60 e 70, a partir do golpe brasileiro de 1964.

O modelo de Rostov não só tinha um começo comum na indiferença da massa das economias e sociedades tradicionais, em que ele trans-



formou os 6.000 anos de história da civilização, como terminava na indiferenciada sociedade pós-industrial, era da afluência à qual reduzia o futuro da humanidade, tomando como exemplo os anos dourados de crescimento econômico norte-americano do pós-guerra.

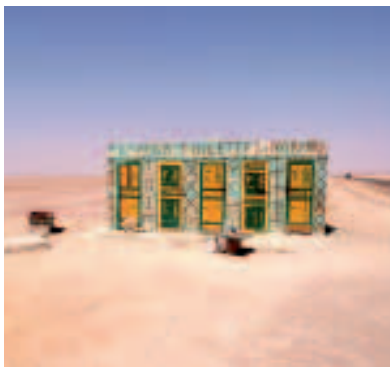
Apesar do seu primarismo, este modelo prevalece na cabeça dos “cientistas sociais” contemporâneos. Ele continua orientando pesquisas e projetos de desenvolvimento, apesar de que seu ponto de partida - a sociedade tradicional - tenha se tornado mais diversificado e a idéia de sociedade afluente tenha caído do pedestal depois dos movimentos de massa de 1968. Talvez esta tenha sido uma das intervenções mais fortes e brutais da ideologia no campo científico. Rostov não deixou de acompanhar as modas posteriores: em 1970 aderiu ao estudo dos ciclos longos de Kondratiev e em 1990 chamou a atenção para a necessidade de retomar a temática

do desenvolvimento através de um método inter-disciplinar que dê conta desta problemática (ver Rostov 1978 e 1994). Apesar de mais sérias, embora bastante falhas, estas obras não alcançaram nunca a difusão do manifesto anti-comunista da década de 50.

Mas os ataques de Rostov não deixaram de reconhecer a importância política, histórica, ideológica e científica da obra de Karl Marx. Neste momento, a guerra fria colocava em evidência a experiência de desenvolvimento da URSS. Na verdade, a Revolução Russa foi a primeira tentativa de conduzir racionalmente uma experiência de desenvolvimento econômico através do planejamento estatal centralizado. O Estado Soviético estabeleceu o 1º Plano Quinquenal em 1929 e desde então passou a definir seu crescimento econômico e social através deste instrumento revolucionário que foi adotado em parte pela Revolução Mexicana, depois pelo Estado Indiano, plenamente pela República Popular Chinesa e pelas Repúblicas Populares da Europa Oriental. Os êxitos econômicos destes países obrigavam a respostas ideológicas como as de Rostov.

O pensamento marxista não escapava contudo deste esquema geral de raciocínio. Para Marx, a modernidade se identificava com a revolução democrático-burguesa. Tratava-se de uma versão classista e histórica de um modelo cujas pretensões universais derivavam de sua origem de classe, isto é, a ideologia burguesa. Os pensadores não críticos aceitavam a sua sociedade como a Sociedade, como a forma final e ideal da sociedade em geral. Mas para o marxismo, esta formação social representava somente um estágio do desenvolvimento global da humanidade.

A questão se tornava contudo extremamente complicada com o surgimento da Revolução Russa. A partir de então tornava-se necessário explicar como o socialismo surgira, como um novo regime político e como um novo regime econômico, que continha elementos importantes de um



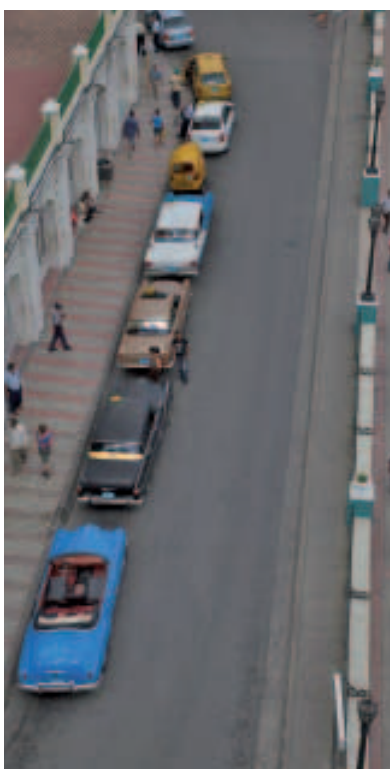
modo de produção novo, numa sociedade que não havia alcançado ainda a maturidade da revolução burguesa e da modernização.

Os regimes dirigidos pelos Partidos Comunistas, implantados na URSS e, depois da II Guerra Mundial, em várias partes do mundo não-desenvolvido tomaram como tarefa realizar esta modernização que as burguesias colonizadas e dependentes (também chamadas burguesias “compradoras” na Ásia e na África), às vezes quase inexistentes nestes países, não haviam conseguido realizar. Esta modernização assumia uma forma nova ao realizar-se sob o comando da classe operária e do partido que a representaria, segundo a ideologia dos regimes de “*democracia popular*”, então no poder. Mas na maior parte destes países não havia uma classe operária capaz de conduzir este processo político, nem uma indústria moderna que pudesse sustentar uma produção pós-capitalista. Estes regimes de transição ao socialismo procuravam combinar uma economia estatal e em parte socialista com o mercado e outras formas de produção ainda mais arcaicas.

Difícil problemática que o pensamento dialético tentava resolver. É necessário lembrar, contudo, que a hegemonia do estalinismo havia significado também uma derrota da dialética marxista de origem hegeliana. A versão estalinista do marxismo se aproximava mais do positivismo. A solução estaliniana foi de converter

o regime soviético, tal como Stalin o definia, num modelo ideal a ser seguido pelos novos regimes revolucionários. Os fundamentos deste modelo eram: crescimento econômico sustentado na industrialização de base e só secundariamente na indústria de bens de consumo; partido único ou coligação de partidos democráticos populares para conduzir as transformações revolucionárias; reforma agrária e distribuição de renda que assegurasse maior igualdade social; cultura popular que valorizasse o folclore, as manifestações do trabalho e a luta revolucionária. Para alcançar tais democracias populares eram necessárias condições especiais que não se reconhecia existir nos países do chamado Terceiro Mundo. Por isto se esperava que na maior parte dos países subdesenvolvidos e dependentes se completasse a revolução burguesa, da qual deveriam participar os partidos comunistas, para em seguida colocar-se um objetivo socialista. Os casos da China, da Coreia e do Vietnã e, posteriormente, o caso Cubano vieram a romper este princípio e a provocar uma crise no pensamento de origem stalinista. A possibilidade da revolução democrático burguesa se transformar numa revolução socialista nestes países passou a se constituir num novo dado da discussão no campo marxista.

Em 1958, Paul Baran demonstrara que a gestão socialista do excedente econômico das economias subdesenvolvidas assegurava não somente uma



melhor distribuição da renda como também um crescimento econômico mais rápido e mais equilibrado. O modelo soviético, o modelo iugoslavo que não aceitou vários aspectos do primeiro, o modelo chinês, que partia de condições históricas novas, e posteriormente o modelo cubano e mesmo o Argelino além das mudanças que resultavam da desestalinização da Europa Oriental, tornaram-se objeto de estudo e converteram-se em novas propostas de gestão socialista do desenvolvimento econômico.

Apesar do esforço em teorizar sobre os elementos comuns e específicos destas experiências, assim como do que as distinguiu do desenvolvimento capitalista, os estudos sobre estes casos continham fortes elementos normativos que pretendiam apresentar o socialismo como a "solução" de todos os "males" do capitalismo, mesmo em economias que não haviam alcançado ainda os elementos básicos de uma economia industrial moderna. Não é aqui o lugar de desenvolver todos os detalhes de um debate por certo importante, mas muito equivocado na sua premissa básica sobre o que poderia ser o socialismo como regime de transição de um capitalismo subdesenvolvido e dependente para um novo modo de produção pós-capitalista. Agravava ainda mais a dificuldade do debate, o fato de que tais regimes se estabeleciam numa economia mundial capitalista. A própria URSS não podia se desenvolver segundo sua vontade

e era obrigada a condicionar seu desenvolvimento às exigências da guerra fria imposta pelos EE.UU.

A característica principal de toda a literatura que discutimos até agora era, contudo, sua visão do subdesenvolvimento como uma ausência de desenvolvimento. O "atraso" dos países subdesenvolvidos era explicado pelos obstáculos que neles existiam ao seu pleno desenvolvimento ou modernização. No entanto, no início da década de 60 estas teorias perdem sua relevância e força pela incapacidade do capitalismo de reproduzir experiências bem-sucedidas de desenvolvimento em suas ex-colônias, que estão, em sua maioria, em processo de independência desde a Segunda Guerra Mundial. Mesmo países que apresentavam taxas de crescimento econômico bastante elevadas, tais como os latino-americanos, cuja independência política tinha sido alcançada no princípio do século XIX, estavam limitados pela profundidade da sua dependência econômica e política da economia internacional. Seu crescimento econômico parecia destinado a acumular miséria, analfabetismo e uma distribuição de renda desastrosa. Era necessário buscar novos rumos teóricos.

2. A TEORIA DA DEPENDÊNCIA: UM BALANÇO. A TEORIA DA DEPENDÊNCIA, que surgiu na América Latina nos anos 60, tenta explicar as novas características do desenvolvimento dependente, que já havia se implantado nestes países. Desde os anos 30, eles haviam se orientado na direção da industrialização caracterizada pela substituição de produtos industriais importados das potências imperialistas por uma indústria nacional. Em seguida, terminado o ciclo depressivo (caracterizado por 2 guerras mundiais, uma crise global e a exacerbação do protecionismo e do nacionalismo), restabelecia-se, através da hegemonia norte-americana, a integração da economia mundial. O capital, concentrado então nos EE.UU.

expandiu para o resto do mundo, na busca de oportunidades de investimento que se concentraram no setor industrial. Nestes anos de crise, a economia americana generalizou o fordismo como regime de produção e circulação e já iniciara, inclusive, a revolução científico-tecnológica nos anos de 1940. A oportunidade de um novo ciclo expansivo da economia mundial exigia a expansão destas características econômicas ao nível planetário. Era esta a tarefa que o capital internacional assumia tendo como base de operação a enorme economia norte-americana e seu poderoso Estado Nacional, além de um sistema de instituições internacionais estabelecido em Bretton Woods.

Implantada elementarmente nos anos 30 e 40, a indústria nos países dependentes e coloniais serviu de base para o novo desenvolvimento industrial do pós-guerra e terminou se articulando com o movimento de expansão do capital internacional, cujo núcleo eram as empresas multinacionais criadas nas décadas de 40 a 60. Esta nova realidade contestava a noção de que o subdesenvolvimento significava a falta de desenvolvimento. Abria-se o caminho para compreender o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como o resultado histórico do desenvolvimento do capitalismo, como um sistema mundial que produzia ao mesmo tempo desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Se a teoria do desenvolvimento e do subdesenvolvimento eram o resultado da superação do domínio colonial e do aparecimento de burguesias locais desejosas de encontrar o seu caminho de participação na expansão do capitalismo mundial; a teoria da dependência, surgida na segunda metade da década de 1960-70, representou um esforço crítico para compreender a limitação de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas, mesmo



quando uma parte deles entrava em crise e abria oportunidade para o processo de descolonização.

Os economistas suecos Magnus Blomstrom e Bjorn Hettne se tornaram abalizados historiadores da teoria da dependência. Seu livro mais completo sobre o tema (Blomstrom e Hettne, 1984, pp.15) afirma que há "*um conflito de paradigmas*" entre o paradigma modernizante e o enfoque da dependência. Eles identificam dois antecedentes imediatos para o enfoque da dependência:

- a. Criação de tradição crítica ao euro-centrismo implícito na teoria do desenvolvimento. Deve-se incluir neste caso as críticas nacionalistas ao imperialismo euro-norte-americano e a crítica à economia neo-clássica de Raul Prebisch e da CEPAL.
- b. O debate latino-americano sobre o subdesenvolvimento, que tem como primeiro antecedente o debate entre o marxismo clássico e o neo-marxismo, no qual se ressaltam as figuras de Paul Baran e Paul Sweezy.

Eles resumem em quatro pontos as idéias centrais que os vários componentes da escola da dependência defendem:

- i) O subdesenvolvimento está conectado de maneira estreita com a expansão dos países industrializados;
- ii) O desenvolvimento e o subdesenvolvimento são aspectos diferentes do mesmo processo universal;

A teoria da dependência, que surgiu na América Latina nos anos 60, tenta explicar as novas características do desenvolvimento dependente, que já havia se implantado nestes países



- iii) O subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista;
- iv) A dependência, contudo, não é só um fenômeno externo mas ela se manifesta também sob diferentes formas na estrutura interna (social, ideológica e política)".

Daí que eles possam distinguir três correntes na escola da dependência:

- "a) A crítica ou autocrítica estruturalista dos cientistas sociais ligados à CEPAL que descobrem os limites de um projeto de desenvolvimento nacional autônomo. Neste grupo eles colocam inquestionavelmente Oswaldo Sunkel e uma grande parte dos trabalhos maduros de Celso Furtado e inclusive a obra final de Raul Prebisch reunida no seu livro **O Capitalismo Periférico**. Fernando Henrique Cardoso às vezes aparece como membro deste corrente e outras vezes se identifica com a seguinte (o que os seus membros claramente rechaçam e com boa razão).
- b) A corrente neo-marxista que se baseia fundamentalmente nos trabalhos de Theotônio dos Santos, Rui Mauro Marini e Vânia Bambirra, assim como os demais pesquisadores do Centro de Estudos Sócio-Econômicos da Universidade do Chile (CESO). André Gunder Frank aparece às vezes como membro do mesmo grupo, mas sua clara posição de negar

seu vínculo teórico estreito com o marxismo e sua proposição de um esquema de expropriação internacional mais ou menos estático o separam do enfoque dialético dos outros neo-marxistas.

- c) Cardoso e Faletto se colocariam numa corrente marxista mais ortodoxa pela sua aceitação do papel positivo do desenvolvimento capitalista e de impossibilidade ou não necessidade do socialismo para alcançar o desenvolvimento.
- d) Neste caso, Frank representaria a cristalização da teoria de dependência para fora das tradições marxista ortodoxa ou neo-marxista".

Apesar do brilhantismo e do esforço de fidelidade expresso no seu esquema histórico, Blonstrom e Hettne podem ser contestados no que respeita à sua apresentação do debate entre o pensamento ortodoxo marxista e a corrente que ele chama de neo-marxista. Na realidade, esta última corrente tem muitos matizes que eles não parecem reconhecer. Mas esta discussão nos levaria demasiado longe para os fins deste trabalho. Podemos dizer que esta é, entre várias propostas, a que mais se aproxima de uma descrição correta das tendências teóricas principais que conformaram a teoria da dependência.

Insatisfeito com estas propostas, André Gunder Frank (1991) realizou uma análise das correntes da teoria da dependência baseando-se em cinco livros publicados no começo da década de 90 sobre esta teoria. Frank constatou uma grande dispersão na classificação dos "dependentistas" entre as várias escolas de pensamento, segundo estes livros. A lista que ele teve o cuidado de estabelecer serve como uma tentativa de apresentação, de uma maneira mais neutra, dos principais pensadores relacionados de acordo com suas origens teóricas. Dentre os estruturalistas encontramos Prebisch, Furtado, Sunkel, Paz, Pinto, Tavares, Jaguaribe, Ferrer, Cardoso e Faletto. No que diz respeito à TEORIA DA DEPENDÊNCIA, além

de Cardoso e Faletto, que aparecem ligados a ambas as escolas, os demais pensadores mencionados são: Baran, Frank, Marini, Dos Santos, Bambi-rra, Quijano, Hinkelammert, Braun, Emmanuel, Amin e Warren. Frank diferencia ainda, no debate sobre a TEORIA DA DEPENDÊNCIA, entre os reformistas não-marxistas, os marxistas e os neo-marxistas.

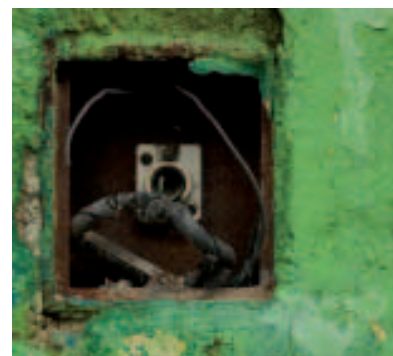
Podemos compreender melhor o sentido destas opções teóricas quando revisamos a reordenação da temática das ciências sociais latino-americanas provocada pela teoria da dependência. Esta reordenação refletia não somente novas preocupações sociais que emergiam para a análise social e econômica mas também novas opções metodológicas inspiradas nas origens teóricas dos pesquisadores.

No seu conjunto, o debate científico latino-americano revela sua integração numa forte perspectiva transdisciplinar. Não fora sem razão que a América Latina (que já revelara ao mundo um autor marxista tão original como Mariátegui, nos anos 20) deverá produzir, nas décadas de 30, 40 e 50, pensadores sociais tão originais como Gilberto Freire (que praticava um a sociologia de forte conteúdo antropológico, ecológico, psicanalítico e histórico que encantou grande parte do pensamento europeu), como Josué de Castro (que aliava uma excelente formação nas ciências da vida, na medicina, na ecologia e na geografia humana com um enfoque econômico, sociológico e antropológico extremamente moderno - inspirador de grande parte do debate mundial não só sobre a fome e sua geopolítica mas sobre o subdesenvolvimento como fenômeno planetário e da relação entre ecologia e desenvolvimento), como Caio Prado Júnior (cujo marxismo - às vezes estreito metodologicamente - não o impediu de desenvolver uma obra histórica de grande profundidade sobre as raízes da sociedade colonial e sobre o caráter da revolução brasileira), como Guerreiro Ramos (cujas raízes existencialistas o permitiram pensar de maneira pioneira o nascimento do movi-



mento negro contemporâneo além de iluminar o conteúdo civilizatório da luta do Terceiro Mundo), como Raul Prebisch (cuja visão econômica transcendia o economicismo tradicional e revelavam fortes implicações sociais e políticas - iluminadas pelos brilhantes "insights" do sociólogo hispano-latinoamericano Medina Echevarría) ou um Sergio Bagú (que descobre o caráter capitalista do projeto colonial ibérico, através de uma metodologia de análise marxista modernizada pelos avanços recentes das ciências históricas e sociais), como Florestan Fernandes (cujo esforço metodológico de integrar o funcionalismo de origem durkheimniano, o tipo-ideal weberiano e a dialética materialista marxista talvez não tenha tido os resultados esperados, mas impulsionou um projeto filosófico-metodológico que vai se desdobrar na evolução de pensamento latino-americano) ou como um Gino Germani (que logrou sistematizar o enfoque metodológico das ciências sociais norte-americanas com o seu liberalismo exacerbado na criação de um modelo de análise do desenvolvimento como processo de modernização).

A acumulação destas e outras propostas metodológicas na região refletiam a crescente densidade de seu pensamento social que superava a simples aplicação de reflexões, metodologias ou propostas científicas importadas dos países centrais para abrir um campo teórico próprio, com sua metodologia própria, sua iden-





tidade temática e seu caminho para uma práxis mais realista.

A teoria da dependência tentou ser uma síntese deste movimento intelectual e histórico. A crítica de Bagú, Vitale e Caio Prado Júnior ao conceito de feudalismo aplicado à América Latina, foi um dos pontos iniciais das batalhas conceituais que indicavam as profundas implicações teóricas do debate que se avizinha-va. André Gunder Frank recolheu esta problemática para dar-lhe uma dimensão regional e internacional. A definição do caráter das economias coloniais como feudais serviam de base às propostas políticas que apontavam para a necessidade de uma revolução burguesa na região. Inspirado no exemplo da Revolução Cubana que se declarou socialista em 1962, Frank abre fogo contra as tentativas de limitar a revolução latino-americana ao contexto da revolução burguesa. Radical em seus enfoques ele vai declarar o caráter capitalista da América Latina desde seu berço. Produto da expansão do capitalismo comercial europeu no século XVI, a América Latina surgiu para atender as demandas da Europa e se insere no mundo do mercado mundial capitalista.

Não é aqui o lugar para revisar em detalhe o extenso debate que se seguiu a estes ataques e à proposta de Frank de analisar o mundo colonial como um sistema de expropriação de excedentes econômicos gerados nos mais recônditos recantos deste mundo. Eu mesmo censurei o caráter

estático do modelo de Frank e o seu desprezo das relações de produção assalariadas como fundamento mais importante do capitalismo industrial, única forma de produção capitalista na qual este sistema se transforma num modo de produção novo e radicalmente revolucionário.

Era contudo evidente que Frank acertava na essência de sua crítica. A América Latina surge como economia mercantil, voltada para o comércio mundial e não pode ser, de nenhuma forma, identificada ao modo de produção feudal. As relações servis e escravistas desenvolvidas na região foram parte pois de um projeto colonial e da ação das forças sociais e econômicas comandadas pelo capital financeiro em pleno processo de acumulação - que Marx considera primária ou primitiva essencial para explicar a origem do moderno modo de produção capitalista.

Não se podia esperar que a revolução democrático-burguesa fosse assim o fator mobilizador da região. Mas os erros de Frank abriam também um flanco muito sério. Eles faziam subestimar o obstáculo representado pela hegemonia do latifúndio exportador e pela sobrevivência das relações servis ou semi-servis na formação de uma sociedade civil capaz de conduzir uma luta revolucionária. Não se deve esquecer o avanço das relações assalariadas na agro-indústria açucareira cubana e a importância de suas classes médias e do seu proletariado urbano cuja greve geral contri-

buiu amplamente para a vitória de dezembro de 1958 (veja-se o livro de Vania Bambirra, 1974).

O debate sobre o feudalismo se desdobrou imediatamente no debate sobre a burguesia nacional. Tratava-se de saber até que ponto o capitalismo da região havia criado uma burguesia nacional capaz de propor uma revolução democrática. Outra vez Frank polarizou a discussão com sua negação rotunda do caráter nacional das burguesias latino-americanas. Formadas nos interesses do comércio internacional, elas se identificavam com os interesses do capital imperialista e abdicavam completamente de qualquer aspiração nacional e democrática. Vários estudos mostravam os limites do empresariado da região: pouco conhecimento da realidade política do país, pouca presença junto ao sistema de poder, pouco conhecimento técnico e econômico, falta de uma postura inovadora e de uma vontade de opor-se aos interesses do capital internacional que pudessem prejudicar o empresariado nacional.

Eu e outros sociólogos nos lançamos contra estas concepções simplistas. Nos anos 30, figuras como Roberto Simonsen, Euvaldo Lodi e vários outros mostravam uma ampla consciência política e econômica do empresariado nacional. Suas entidades de classe como a Federação Nacional da Indústria, formulavam projeto de desenvolvimento com alto conteúdo nacionalista e apoiavam o projeto de Estado Nacional Democrático dirigido por Getúlio Vargas.

Contudo, eu procurava mostrar os limites estruturais deste projeto diante de uma expansão das empresas multinacionais para o setor industrial. Elas detinham vantagens tecnológicas definitivas e só poderiam ser detidas na sua expansão por Estados Nacionais muito fortes que necessitavam de um amplo apoio na população operária e na classe média, sobretudo entre os estudantes que aspiravam o desenvolvimento econômico como única possibilidade de incorporá-los ao mercado de trabalho.



Não se tratava pois de uma questão de ausência de conhecimento ou disposição de luta, ou determinação. Havia sérios limites de classe no projeto nacional democrático que chegou a ser desenvolvido intelectualmente através do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) na década de 50, que tinha uma base material na Federação Nacional das Indústrias e em vários órgãos da administração pública que apoiaram o 2º governo Vargas, quando este projeto alcançou o seu auge. Tais forças demonstraram-se contudo hesitantes quando puderam avaliar a força e a profundidade da oposição dos centros de poder mundial a este projeto. A avassaladora campanha pelo "impeachment" de Vargas, foi detida pelo seu suicídio, e a sua carta testamento levou a uma fórmula de compromisso no governo de Juscelino Kubistchek: o Brasil abria suas portas ao capital internacional garantindo, contudo, suas preferências es-



tratégicas e exigindo um alto grau de integração do seu parque industrial.

O enorme crescimento industrial logrado de 1955 a 1960 aumentou as contradições socio-econômicas e ideológicas no país. O caso brasileiro era o mais avançado no continente e não assegurou um caminho pacífico. A burguesia brasileira descobriu que o caminho do aprofundamento da industrialização exigia a reforma agrária e outras mudanças em direção à criação de um amplo mercado interno e à geração de uma capacidade intelectual, científica e técnica capaz de sustentar um projeto alternativo. Tais mudanças implicavam no preço de aceitar uma ampla agitação política e ideológica no país que ameaçava o seu poder.

O golpe de Estado de 1964 cerrou a porta ao avanço nacional-democrático e colocou o país no caminho do desenvolvimento dependente, apoiado no capital internacional e num ajuste estratégico com o siste-

ma de poder mundial. "O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil". A fórmula do General Juracy Magalhães, ministro de relações exteriores do regime militar consolidava esta direção. Por mais que os anos posteriores tenham demonstrado o conflito entre os interesses norte-americanos e os interesses do desenvolvimento nacional brasileiro, não foi mais possível romper esta parceria selada com ferro e fogo no assalto ao poder de 1964.

Não era possível, portanto, desprezar a luta interna gerada pelo avanço da industrialização nos anos 30. E a constatação da capitulação final da burguesia nacional não anulava totalmente seu esforço anterior. Camadas da tecnocracia civil e militar, setores de trabalhadores e da própria burguesia nunca abandonaram totalmente o projeto nacional democrático. Mas ele perdeu seu caráter hegemônico apesar de ter alguns momentos de irrupção no poder central durante a ditadura. Nos anos de transição à democracia, na década de 80, ele voltou a influenciar eleições locais e sobretudo a constituinte de 1988. Contudo, a reorganização do setores hegemônicos da classe dominante levou-os à retomada do controle em 1989 com a vitória de Fernando Collor, e encontrou um caminho ainda mais sólido com a aliança de centro-direita que venceu as eleições de 1994, com Fernando Henrique Cardoso na presidência.

Fernando Henrique fora um dos que demonstraram em 1960 a debilidade da burguesia nacional e sua disposição em converter-se em uma associada menor do capital internacional. Ele foi também um dos que observou o limite histórico do projeto nacional-democrático e do populismo que o conduzia.

Desde de 1974, como o mostramos no nosso artigo sobre sua evolução intelectual e política, (ver Dos Santos, 1996) ele aceitou a irreversibilidade do desenvolvimento dependente e a possibilidade de compatibilizá-lo com a democracia representativa. A partir daí, a tarefa democrática se convertia

em objetivo central, da luta contra um Estado autoritário, apoiado sobretudo numa “burguesia de Estado” que sustentava o caráter corporativo e autoritário do mesmo. Os inimigos não são portanto o capital internacional e sua política monopolista, captadora e expropriadora dos recursos gerados nos nossos países. Os inimigos são o corporativismo e uma burguesia burocrática e conservadora que, entre outras, coisas limitou a capacidade de negociação internacional do país dentro do novo patamar de dependência gerado pelo avanço tecnológico e pela nova divisão internacional do trabalho que se esboçou nos anos 70, como resultado da realocação da indústria mundial.

Estas teses ganharam força internacional e criaram o ambiente ideológico da aliança de centro-direita que veio a se realizar no México, na Argentina, no Peru, na Venezuela, na Bolívia, e no Brasil. Uma importante ala da esquerda populista ou liberal adere ao programa de ajuste econômico imposto pelo Consenso de Washington e assegura a estabilidade monetária e o precaríssimo equilíbrio macroeconômico dela derivado.

Em troca desta adesão garante-se um amplo período no poder e o apoio internacional para o mesmo. A América Latina entra assim num novo patamar de relacionamento caracterizado por moedas fortes (princípio já quebrado no México), estabilidade monetária (idem), estabilidade fiscal com privatização das empresas públicas, governos reeleitos sucessivamente (já ameaçados no México) e forte apoio internacional no caminho de uma integração comercial das Américas (ver Dos Santos, 1996-b).

Este caminho de submissão estratégica crescente, seguido pelas burguesias latino-americanas, parece confirmar as previsões mais radicais sobre seu caráter “entreguista” e “comprador”. A crise da dívida externa na década de 80, a crise sócio-econômica que significou a política de “ajuste” para permitir o pagamento da dívida externa, parecem confir-

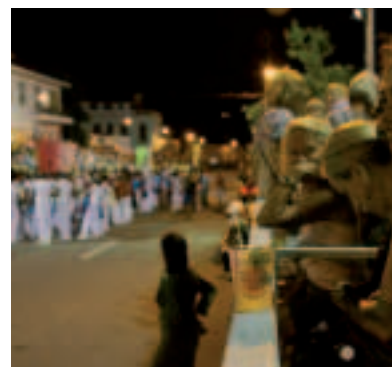


mar o caráter dependente de nossas economias. Mas a resistência das tecnocracias continentais a estas situações foi bem maior do que muitos esperavam. De repente, viu-se um realinhamento de forças desenhando-se no subcontinente. Aparecem resistências ao projeto neo-liberal entre os militares, a igreja, setores da burocracia estatal e sobretudo técnicos, engenheiros e cientistas. Todos eles estão ligados à existência de um Estado nacional forte e um desenvolvimento econômico de base nacional significativa. Os trabalhadores industriais e de serviço estão no centro da resistência. Todos eles têm um papel íntimo no projeto neo-liberal.

As dificuldades de eliminar totalmente estas resistências manteve o projeto neo-liberal nos marcos de um regime liberal democrático e parece dar razão à tese de que o desenvolvimento dependente é compatível com os regimes políticos liberais democráticos.

No entanto, é necessário ressaltar que não só houve situações de exceção (como no caso do Peru), como tentativas de rebelião dentro das forças armadas argentinas e venezuelanas, como o aparecimento de novos movimentos guerrilheiros, ou mesmo desta nova forma de política insurrecional que é o Exército Zapatista no México. Ninguém pode assegurar que a atual onda democrático-liberal resistirá indefinidamente a esta combinação de políticas econômicas recessivas, abertura externa, especulação





financeira, desemprego e exclusão social crescente. Mesmo que, neste contexto, um setor importante da população possa melhorar seus padrões de consumo, isto dificilmente substituirá o desgarramento do tecido social, da identidade cultural e das expectativas de trabalho e de competitividade produtiva de grande parte da população.

Esta evolução dos acontecimentos parece confirmar outra temática posta em evidência pela teoria da dependência: a tendência à exclusão social crescente, ao aumento da concentração econômica e da desigualdade social. Dependente, concentrador e excluyente estas eram as características básicas do desenvolvimento dependente, associado ao capital internacional destacadas pela teoria. Estas características se exacerbaram na década de 80, sob o impacto da globalização comandada pelo capital financeiro internacional.

A evolução da revolução científico-técnica parece confirmar as aná-

lises do final dos anos 60. Ela favoreceu o crescimento da exportação industrial nos países dependentes de desenvolvimento médio, enquanto os países centrais se especializavam na tecnologia de ponta, geradora de novos setores de serviço voltados para o conhecimento, a informação, o lazer e a cultura. A expansão industrial da América Latina não resultou na sua passagem para o campo dos países industriais desenvolvidos. Ao contrário, tem aumentado a distância com os países centrais colocados na ponta da revolução pós-industrial, enquanto as indústrias obsoletas e poluentes se concentram nos países de desenvolvimento médio. O mais grave contudo começa a ocorrer na década de 80 pois, conforme havíamos previsto, a adoção crescente da automação diminuiu drasticamente o emprego industrial. Cada vez mais afastados dos centros de produção científica, tecnológica, e cultural, os países em desenvolvimento se inserem na armadilha do crescimento econômico sem emprego, não vendo expandir o emprego em educação, saúde, cultura, lazer e outras atividades típicas da revolução científico-técnica.

A desvalorização das camadas médias de profissionais só é compensada em parte pela emigração de grande parte deles para os países centrais, aprofundando a captação de recursos humanos, o "brain-drain" dos anos 60, agora dos países de desenvolvimento médio, cuja estrutura educacional superior se torna inútil diante do atraso



O abandono do esforço científico e tecnológico regional, levou também ao abandono do setor de bens de capital onde se concentra a chave do processo de revolução científico-técnica

de um desenvolvimento dependente, subordinado, concentrador e excludente. Os quadros formados por estas Universidades vão ser recrutados nos países centrais.

Ao lado dessas tendências, prossegue a penetração do capitalismo nas zonas rurais, expulsando mais e mais população para os centros urbanos. A urbanização se torna metropolização e "favelização" isto é, marginalidade e exclusão social, que assume muitas vezes o caráter de um corte étnico, o que explica a força das reivindicações étnicas nos centros urbanos da região.

O abandono do esforço científico e tecnológico regional, levou também ao abandono do setor de bens de capital onde se concentra a chave do processo de revolução científico-técnica e a possibilidade de um desenvolvimento auto-sustentado. A complexidade da indústria de base e de sua modernização com a robotização, começa a retirá-la mesmo dos países, como o Brasil, que já haviam alcançado um importante desenvolvimento da mesma.

O Estado-nacional vê-se avassalado por estas mudanças. Voltado para o pagamento dos juros da dívida externa na década de 80, criou uma imensa dívida interna com altíssimos juros e alta rotação. Na década de 90, quando os juros internacionais caem, os países dependentes vêm-se estimulados e até forçados a empreender políticas econômicas de valorização de suas moedas nacionais. Estas políticas os levam a criar importantes

déficits comerciais, os quais buscam cobrir com a atração de capital especulativo de curto prazo, pagando-lhes altos juros, internamente.

É assim que, ao escaparmos dos juros altos internacionais (hoje extremamente baixos) caímos na trampa dos juros altos internos. O Estado se converte em prisioneiro do capital financeiro, afogado por uma dívida pública em crescimento exponencial, cujo serviço não deixa mais nenhum espaço para o investimento estatal, e também, cada vez menos para as políticas sociais e mesmo para a manutenção do modesto funcionalismo público da região.

O conteúdo de classe do Estado faz-se pois, mais evidente ainda. Ele se põe completamente a serviço do grande capital financeiro subordinando cada vez mais os outros setores da burguesia. Ele se vê obrigado a abandonar o clientelismo e o patrimonialismo das antigas oligarquias através do qual o Estado atendia às suas famílias e a uma vasta população de classe média. Ele corta também as aberturas realizadas pelo populismo aos dirigentes sindicais e outras entidades corporativas. Não há mais dinheiro para ninguém - a fome do capital financeiro é insaciável.

As políticas de bem-estar voltadas para os setores de baixa renda e para a previdência social também se vêm definitivamente ameaçadas. A onda neo-liberal estimula medidas que giram em torno de uma retomada do dinamismo do mercado que não fun-



cionou em nenhuma parte do mundo. Os governos Reagan e Thatcher não abandonaram o gasto público, apesar de liderarem o movimento neo-liberal. Pelo contrário, Reagan aumentou mais de 5 vezes o déficit público estadunidense, criando uma enorme dívida pública que serviu de ponto de arranque do movimento financeiro da década de 80. Os alemães e japoneses foram os principais beneficiários desta política. Aumentaram seu superá-

vit comercial com os Estados Unidos e investiram seus ganhos em títulos da dívida pública a altas taxas de juros. Ao mesmo tempo, converteram suas moedas em poderosos instrumentos de política econômica.

O que mais surpreendeu aos teóricos não dependentistas foi o crescimento dos países do sudeste asiático. Muitos autores apresentaram a consolidação do crescimento desses países como evidência do fracasso da teoria da dependência. São vários os estudos sobre estes processos e são unânimes em reivindicar as especificidades da situação regional. As economias da região não fizeram uma grande dívida externa na década de 70, como os latino-americanos e os países do leste europeu. Elas passaram por reformas agrárias radicais nos anos 40 e 50, para o que tiveram especial apoio norte-americano, devido sua proximidade com os inimigos da guerra fria. Elas contaram com a acumulação de capitais japonesa e a política do MITI de exportar as indústrias de tecnologia em processo de obsolescência para os seus países vizinhos. Elas tiveram condições especiais de penetração no mercado norte-americano pelas razões geopolíticas já mencionadas. Mas, sobretudo, elas praticaram uma forte intervenção estatal e protecionismo que lhes permitiu sustentar suas políticas econômicas e desenvolver, ao mesmo tempo, uma base tecnológica própria, apesar de modesta.

Esta evolução mostra que a agenda colocada na ordem do dia pela teoria da dependência continua a ser de grande atualidade apesar das mudanças fundamentais que ocorreram no período.

Mas o que ressalta sobretudo é a questão metodológica. Mais do que nunca a problemática do subdesenvolvimento e do desenvolvimento tem de ser analisada no processo de evolução do sistema econômico mundial. Nele, persiste a divisão entre um centro econômico, tecnológico e cultural, uma periferia su-

bordinada e dependente e formas de semi-periferia que ganharam grande dinamismo durante a fase depressiva do ciclo Kondratiev (de 1967 a 1993). Tudo indica que se retomará o crescimento econômico a partir de 1994 e novos alinhamentos deverão se produzir.

A queda do socialismo estatizante de forte influência stalinista, o socialismo numa só região do mundo, provocou uma onda de euforia neo-liberal que prejudicou muito gravemente a evolução destes países. Tudo indica, contudo, que deverão retificar esta aventura altamente custosa em vidas humanas.

As contradições entre EE.UU, Europa, e Japão encontraram o canal do grupo dos Sete para encaminhá-las. A Rússia (liberada dos seus aliados ou "satélites" europeus e da União Soviética) foi integrada neste grupo. Mas a China em pleno crescimento, a Índia e o Brasil entre outras 18 potências médias não encontraram ainda seu lugar no sistema mundial pós-guerra fria.

A separação do mundo em blocos regionais parece ser a forma intermediária que o processo de globalização vem assumindo para resistir ao livre movimento de capitais financeiros ou das empresas transnacionais ou globais. Isto se enquadra também nas previsões da teoria da dependência, inclusive a importância das integrações regionais na América Latina como um caminho mais sólido para a integração regional de todo o continente. O próprio EE.UU se vê obrigado a buscar um caminho de mais aproximação hemisférica. O NAFTA mostra as dificuldades dessa integração de estruturas tão assimétricas e tão desiguais. A integração exitosa do MERCOSUL reafirma o princípio de que é mais fácil integrar mercados de níveis semelhantes, particularmente de significativo desenvolvimento industrial. Contudo, o ASEAN mostra a possibilidade de uma complementaridade entre um país central que ocupa a função de um pólo de acumulação e outros peri-



féricos, onde o primeiro organize seu mercado como um consumidor dos produtos dos mercados próximos, com transferência de tecnologia para garantir a qualidade de seus abastecedores. Os EE.UU. estariam dispostos a gerar uma nova política de boa vizinhança que integrasse as Américas sob sua égide. Senão o fizer a médio prazo talvez encontre já um Brasil consolidado como líder do desenvolvimento regional, na América do Sul.

3. O DEBATE SOBRE A DEPENDÊNCIA. Para compreender a evolução da teoria da dependência é necessário tomar em consideração o longo ataque que esta teoria sofreu nas décadas de 70 e 80. Passamos a apresentar um survey desta literatura distinguindo as duas décadas.

Na década de 70 uma extensa literatura sobre a TEORIA DA DEPENDÊNCIA deu início ao debate sobre o tema, desde uma perspectiva universal.



O artigo de Suzzane Bodenheimer, “*Dependency and Imperialism*”, *Politics and Society*, n. 5, maio 1970, foi talvez a primeira tentativa de apresentar a teoria da dependência como uma escola de pensamento nova que propunha um paradigma científico alternativo ao “main stream” do pensamento social ocidental. Em fevereiro de 1973, *The Journal of Interamerican Studies* dedicou uma edição especial à teoria da dependência. De conteúdo essencialmente crítico, assumia um ponto de vista conservador. Eles levantavam a questão de que a noção de dependência era uma desculpa para explicar o fracasso econômico dos países subdesenvolvidos. Neste mesmo ano, Norman Girvan (1973) procurava aplicar o conceito de dependência à realidade caribenha, exercendo uma particular influência sobre o governo Manley na Jamaica. Na verdade, este trabalho será o ponto de partida da escola caribenha da dependência de língua inglesa (ver Blomstrom e Hettne, 1984, 1990, ps. 128 a 155).

Na África, a teoria da dependência encontrou uma elaboração teórica em curso sobre o desenvolvimento e produziu-se uma fusão bastante profícua. Samir Amim (1974), convocou uma reunião em Dakar, em 1970, para produzir um encontro entre o pensamento social latino americano e africano. Quatro anos mais tarde, Abela-tif Benachenou chamará à realização de um Congresso de Economistas do Terceiro Mundo em Argel que dará

origem a uma Associação Internacional de Economistas do Terceiro Mundo. Anteriormente, em Dar-El-Salan reuniam-se cientistas sociais de todo o mundo que tentavam um caminho teórico alternativo, muito influenciados pelo estruturalismo e pela teoria de dependência. Surge deste esforço o livro de Tamas Sentez (1971) sobre o desenvolvimento econômico que se converteu num clássico da região.

Na Ásia, particularmente Índia, havia já uma longa tradição de crítica anti-imperialista e de formulação de caminhos próprios de desenvolvimento. Mas estas propostas, apesar de mais abertamente apoiadas no planejamento estatal, não deixavam de partir da disjuntiva entre tradicional e moderno, entre atraso e desenvolvimento, apesar de reconhecer os aspectos econômico, social e culturalmente positivos da cultura indiana. Gandhi sobretudo havia apoiado sua mobilização de massas anti-imperialista no reconhecimento dos valores da cultura indiana, entre os quais não estava somente a não-violência mas também a produção autônoma e artesanal e a comunidade hindu. Por esta razão, certos setores do pensamento nacional democrático indiano receberam mal uma visão do subdesenvolvimento que o ligava à formação do capitalismo moderno como uma economia mundial. Hettne e Bromstom (1984) insistem na pouca influência da teoria da dependência sobre o pensamento indiano.

Contudo, muitos autores hindus não somente integraram e noção de



dependência em suas dimensões teóricas ou apresentações didáticas como assumiram a teoria da dependência como instrumental analítico (ver Baghshi, e Todaro, M.P., 1977). No que respeita ao conjunto da Ásia pode-se ver este impacto no livro organizado por Ngo Man Lan (1984).

Na América Latina, o programa da Unidade Popular de Salvador Allende e tendências do governo militar revolucionário peruano incorporavam elementos chaves da teoria da dependência. A teologia da libertação que surgia no Peru com Gutierrez tomou a teoria da dependência como sua referência fundamental. Outros autores como Enrique Dussel assumem claramente esta perspectiva analítica integrando-a na sua interpretação teórica do marxismo e do cristianismo.

Em Cuba, a revista *Pensamento Crítico* abriu suas páginas ao novo pensamento latinoamericano até a derrota de Che Guevara e no debate travado entre ele e Rafael Rodrigues.

O fracasso da Grande Safra dos 10 milhões de toneladas e outros erros da direção revolucionária que levaram à adesão do PC cubano às teses do "marxismo- leminismo" ortodoxo soviético, com seus manuais de materialismo histórico e dialético, suas interpretações do imperialismo, da revolução russa, das revoluções de libertação nacional que se restringiam à passagem de sociedades feudais ou pré-capitalista para o capitalismo moderno e a democracia liberal. Eram as teorias da modernização que se cristalizavam num marxismo de inspiração positivista, no qual predominava um evolucionismo mecanicista. Cuba voltava a ser um país exportador de cana de açúcar e importador de manufaturados. O socialismo permitia contudo uma utilização dos excedentes desta exportação na implantação do mais avançado projeto educacional, de saúde e de controle popular sobre o Estado (mesmo com as deformações burocráticas im-



postas pelos russos elas não conseguiram quebrar a espinha dorsal da revolução cubana).

Vania Bambirra protagonizou uma ampla polêmica com a ortodoxia cubana, tanto guevarista como comunista. Num seminário realizado no Centro de Estudos Sócio-Econômicos, em Santiago do Chile, ela questionou as interpretações correntes da revolução cubana e reivindicou o papel das lutas democráticas, das massas urbanas, da mobilização histórica pela greve geral e até uma boa parte da militância do Partido Comunista Cubano no êxito da revolução. Estas teses foram publicados no seu livro *A Revolução Cubana*, uma Reinterpretação que foi lido por setores da direção política cubana mas não foi divulgado neste país por suas concepções não-ortodoxas. Nele, aplicava-se a teoria de dependência para mostrar não somente as verdadeiras causas do processo revolucionário cubano como também suas dificuldades.

A teoria da dependência ganhava assim uma avassaladora influência na região latino-americana e no Caribe; nos Estados Unidos, na África e na Ásia aprofundava seu campo de influência através da teologia da libertação. Na Europa, a mesma teoria encontrava eco na esquerda revolucionária, na esquerda do socialismo e da social-democracia. Ela influenciou pesquisas de grande valor como as realizadas pelo Starnberg Institute, em Starnberg, por teóricos alemães, franceses e ingleses. Entrou finalmen-

te nos países nórdicos ao influenciar as pesquisas para a paz.

Em 1977, Helena Tuomi fazia um levantamento dos modelos de dependência na pesquisa ocidental sobre desenvolvimento (ver Tuomi, 1977). Ela encontrou naquele ano cinco projetos de pesquisa que tentavam definir a ou as variáveis independentes e dependentes que procuravam medir em períodos de tempo mais ou menos longos, baseando definir modelos de explicação do subdesenvolvimento e testá-los empiricamente.

Mas era na América Latina que os estudos sobre a dependência avançavam por toda parte. Na metade dos anos 70 começa; contudo um movimento de crítica à teoria da dependência. No Congresso Latino-americano de Sociologia de 1975, em Costa Rica, esta discussão tomou grande parte do congresso. Os resultados destes debates foram publicados no livro: *Debates sobre la Teoría de la Dependencia y la Sociología Latinoamericana*. EDUCA, San José, 1979, publicado sob a supervisão editorial de Daniel Camacho.

Heraldo Muñoz publicou um dos melhores resumos sobre a TEORIA DA DEPENDÊNCIA em seu artigo "El Análisis de la Teoría de la Dependencia en los Centros: Ejemplos de EEUU" in *Estudios Internacionales*, Vol. 12, n. 45, janeiro-março, 1979, pp. 68-76, c "Cambio y Continuidade en el Debate sobre la Dependencia y el Imperialismo" in *Estudios Internacionales*, vol. 11, n. 44, outubro-dezembro, 1978, pp. 88-138. Em 1982 ele editou *From Dependency to Development - Strategies to Overcome Underdevelopment and Inequality*, Estudos Especiais sobre Desenvolvimento Social, Político Econômico, Editora Westview Press, Boulder, Colorado, 1982.

Veja também: Gustavo Rodríguez O., "De la Cepal a la Teoría de la Dependencia - Un Esquema Descriptivo", IESE, Cochabamba, 1979, e o capítulo sobre o Marxismo Latino-Americano escrito por Juan Carlos Portantiero para a coleção *History of Marxism*, dirigida por Eric J. Hobsbawm.



A grande onda de crítica à Teoria da Dependência ampliou-se sobretudo na segunda metade da década de 70 e começo da década de 80, vinda em parte de autores latino-americanos: Agustín Cueva, *“Problemas y Perspectivas de la Teoría de la Dependencia”*, CELA, UNAM, deu início a uma nova crítica à Teoria de la Dependencia acusando seus autores de superestimar fatores externos em relação a fatores internos e de abandonarem a análise das classes sociais. Depois disto ele publicou o livro *El Desarrollo del Capitalismo en América Latina, Siglo XXI*, México, 1978 onde deu continuidade a estas críticas. Posteriormente ele aceitaria o fato de que estava enganado em suas críticas e passou a destacar as conquistas da Teoria da Dependência diante dos ataques que ela receberia do pensamento conservador latino-americano e europeu. Octavio Rodríguez publicou seu *“Informe sobre las Críticas a la Concepción de la CEPAL”*, Secretaría de la Presidencia, México, 1974, onde ele defendia Prebisch e a CEPAL das críticas da Teoria da Dependência. Enrique Semo, *La Crisis Actual del Capitalismo*, ed. de Cultura Popular, México, 1975 apresentou uma crítica baseada no conceito da interdependência como uma tendência da economia internacional. O trabalho de Vania Bambirra intitulado *Teoría de la Dependencia; Una Anticrítica*, Era, México, 1978, responde a grande parte destas críticas. Ela mostra sobretudo os equívocos de interpre-

tação que elas continham, atribuindo aos teóricos da dependência posições que eles nunca defenderam, como a idéia de uma tendência à estagnação econômica, uma supervalorização dos fatores externos em relação aos internos, etc.

Há também um grupo de críticos da Teoria da Dependência que se chamam “marxistas ortodoxos” ou simplesmente “marxistas”. Eles acham que a teoria da dependência coloca as determinações externas como fundamentais e colocam em segundo plano a luta de classes no interior de cada país. Condenam também qualquer visão crítica do desenvolvimento do capitalismo que, segundo eles, não apresenta diferença essenciais entre os países dominantes e os dependentes. Esta tendência endogenista acredita que o imperialismo representa um progresso ao desenvolver as forças produtivas em nível internacional. Eles não compreendem em quanto o imperialismo bloqueia o desenvolvimento das forças produtivas das nações colonizadas, deceparam seu poder de crescimento econômico, de desenvolvimento educacional, de saúde, etc. Não conseguem entender o fenômeno da superexploração e a transferência internacional de excedentes gerados no 3º Mundo e enviados para os países centrais.

De fato, vai ocorrer uma convergência entre as críticas de Fernando Henrique Cardoso aos seus colegas que iniciaram a teoria da dependência e as críticas desses chamados



“marxistas” (ver o meu artigo sobre as polémicas com Cardoso). Estes levam contudo sua “ortodoxia” muito longe defendendo a necessidade de analisar os modos de produção no interior de cada economia. São chamados de autonomistas e endogenistas e foram analisados por Marini (1995) com rigor e precisão. Uma leitura séria de Marx jamais autorizaria este tipo de interpretação do marxismo. Ele sempre chamou a atenção para o caráter internacional do modo de produção capitalista e considerou o comércio mundial como condição necessária da acumulação primitiva capitalista. Marx não autorizaria jamais uma concepção classista que colocasse em oposição a análise das economias nacionais e o estudo de sua articulação com a economia mundial. Ele sempre entendeu a formação do capitalismo como a dialética entre a economia mundial, como fenômeno independente, e o conjunto de economias nacionais em competição, apoiando-se nos seus Estados nacionais.

As implicações teóricas da teoria da dependência estão ainda por desenvolver-se. Sua evolução na direção de uma teoria do sistema mundial buscando reinterpretar a formação e desenvolvimento do capitalismo moderno dentro desta perspectiva é um passo adiante neste sentido, como o veremos nos próximos capítulos.

4.A GLOBALIZAÇÃO E O ENFOQUE DO SISTEMA-MUNDO. A teoria da dependência seguia e aperfeiçoava

um enfoque global que baseava compreender a formação e evolução do capitalismo como uma economia mundial. Prebisch já falava nos anos 50, da existência de um centro e uma periferia mundial, tese que ele aperfeiçoará na década de 70 sob a influência do debate sobre a dependência (ver Prebisch; 1981). A teoria da dependência buscou refinar este esquema ao rever a teoria do imperialismo desde sua formação com Hilferding, Rosa Luxemburgo, Hobson, Lenin e Bukharin. André Gunder Frank (1991) chama a atenção para esta busca de análise do sistema mundial que se desenha sobretudo no começo da década de 70 com Amin (1974), Frank (1978, 1980 e 1981), Dos Santos (1970 e 1978) mas que ganha realmente um grande alento com a obra de Immanuel Wallerstein (1974, 1980, 1989), que desenvolve a tradição de Fernand Braudel (1979). Tudo isto tem sido objeto de uma ampla discussão.

Outros autores reconhecem a relação estreita da teoria do sistema-mundo com a teoria da dependência. Bjorn Hettne traça mesmo uma relação de evolução do debate sobre desenvolvimento e dependência em que a teoria da dependência tem como evolução a teoria do sistema-mundo enquanto a tendência estruturalista marcha para a teoria das necessidades básicas encampada pelo Banco Mundial nos anos 70 sob a direção de Mc Namara. Enquanto isto, a tendência endogenista que se pretende marxista (e que ele chama de análise dos mo-

dos de produção) se origina, segundo ele, dos modelos marxistas de acumulação de capital.

A teoria da dependência também teria tido esta origem mas teria sofrido a influência da análise econômica estruturalista da CEPAL. As teorias da modernização teriam, por outro lado, mantido seu quadro de análise ocidentalista enquanto sofria a crítica dos modelos de outro desenvolvimento ou desenvolvimento alternativo.

O enfoque do Sistema-Mundo busca analisar a formação e a evolução do modo capitalista de produção como um sistema de relações econômico-sociais, políticas e culturais que nasce no fim da Idade Média europeia e que evolui na direção de se converter num sistema planetário e confundir-se com a economia mundial. Este enfoque, ainda em elaboração, destaca a existência de um centro, uma periferia e uma semi-periferia, além de distinguir entre as economias centrais uma economia hegemônica que articula o conjunto do sistema.

Ao mesmo tempo, a teoria do sistema mundo absorveu a noção de ondas e ciclos longos de Braudel (1979) que se diferenciam dos ciclos de Kondratiev. Há, no entanto, tentativas de conciliar os ciclos de Kondratiev de 50 a 60 anos com os ciclos longos, mais ligados ao movimento do capital financeiro, que encontrou Braudel. Desta forma, a evolução do capitalismo é vista como uma sucessão de ciclos econômicos, articulados com processos políticos, sociais e culturais. Em livro recente, Arrighi (1995) conseguiu ordenar a história do capitalismo como uma sucessão de 4 ciclos longos de acumulação, baseados em quatro centros hegemônicos:

1º) O ciclo genovês (que se articula com as conquistas ibéricas) que se inicia no fim do século XIV e início do século XV, quando se forma a base da acumulação financeira de Gênova, como cidade estado e, posteriormente, como nação dos genoveses, localizada em vários centros financeiros europeus a



qual se prolonga até o fim do século XVI e começo do XVII. Este ciclo tem nas monarquias ibéricas principal instrumento.

- 2º) O ciclo holandês que se inicia exatamente no fim do século XVI e no início do século XVII até a metade do século XVIII.
- 3º) O ciclo britânico que se inicia na metade do século XVIII e que se prolonga até a 1ª e a 2ª Guerra Mundial.
- 4º) O ciclo norte-americano que se inicia durante a 1ª Guerra e se desenvolve durante a 2ª Guerra Mundial até nossos dias, quando há sinais de emergência de um novo ciclo que terá como centro o sudeste asiático, ou algum núcleo de poder supranacional.

Giovanni Arrighi (1995) analisa a relação destes ciclos com os principais centros financeiros que terminaram se transformando em centros hegemônicos aliados com centros comerciais. Tem faltado a estas análises



neste período, de caráter capitalista e sob hegemonia norte-americana. A evolução da economia soviética e do bloco de nações a ela mais ou menos ligadas não havia sido capaz de sair do contexto determinado pelo sistema mundial capitalista. Sempre se esperou que a agudização deste conflito na década de 80 destruiria o modelo de guerra fria que redefiniria as zonas geopolíticas mundiais. Neste sentido ver Dos Santos (1978 e 1993), Wallerstein (1979, 1984) e Frank (1980, 1981).

uma aprofundização maior do aspecto produtivo que estabeleça os regimes de produção, a evolução das forças produtivas e das relações sociais de produção para melhor explicar o funcionamento destes ciclos. Neste sentido, Dos Santos (1978) tenta articular a noção de sistema mundial com as grandes estruturas de produção e particularmente com a revolução científico-técnica (Dos Santos, 1983 e 1986), indicando um caminho de pesquisa em parte complementar ao esforço mais global da teoria do sistema mundial, em parte reordenador desse esforço.

Uma característica importante das análises do sistema mundial é a negação das interpretações do mundo contemporâneo baseadas na bipolarização do pós-guerra, vista como uma relação entre dois sistemas econômicos de poder paralelo. Os vários teóricos do sistema mundial insistiram sempre na existência de um só sistema econômico mundial,

Os estudos do sistema-mundo se situaram como expressão teórica de um amplo debate sobre as transformações que ocorriam na economia e política mundial dos anos 70. Desde o fim de 1960, surgia uma ampla documentação empírica sobre as corporações multinacionais, sobre as novas direções da economia mundial e sobre a nova ordem econômica mundial proposta pelos não-alinhados nas Nações Unidas. Vários informes sobre a situação econômica mundial se sucederam expressando as várias correntes internacionais e sobretudo a preocupação crescente com o meio-ambiente ameaçado. Dentro desta perspectiva globalizadora é necessário afirmar sobretudo os seguintes elementos de uma nova síntese teórico-metodológica em processo:

- 1) A teoria social deve se desprender de sua extrema especialização e retomar a tradição das grandes teorias explicativas com o objetivo de reordenar o siste-



ma de interpretação do mundo contemporâneo.

- 2) Esta reinterpretação deve superar sobretudo a idéia de que o modo de produção capitalista, surgido na Europa no século XVIII é a referência fundamental de uma nova sociedade mundial. Este fenômeno deve ser visto como um episódio localizado, parte de um processo histórico mais global que envolve a integração do conjunto das experiências civilizatórias numa nova civilização planetária, pluralista e não exclusivista, baseada na não subordinação do mundo a nenhuma sociedade determinada.
- 3) A formação e evolução do sistema mundial capitalista deve orientar a análise das experiências nacionais, regionais e locais buscando resgatar as dinâmicas históricas específicas como parte de um esforço conjunto da humanidade por superar a forma exploradora, expropriatória, concentradora e excludente em que este sistema evoluiu.
- 4) A análise deste processo histórico deve resgatar sua forma cíclica procurando situar os aspectos acumulativos no interior de seus limites estabelecidos pela evolução das forças produtivas, relações sociais de produção, justificativa ideológica destas relações e limites do conhecimento humano.
- 5) Neste sentido, a evolução da ciência social deve ser entendida como parte de um processo mais



global da relação do homem com a natureza: a sua própria, a imediata, a ambiental e o cosmos, só aparentemente ausente da dinâmica da humanização. Isto é, ela deve ser entendida como um momento de um processo mais amplo de desenvolvimento da subjetividade humana, composta de indivíduos e povos que estão construindo o futuro sempre aberto destas relações ■